

MP quer controle de verba da saúde

Ação civil pública exige que Prefeitura crie Fundo Municipal de Saúde e fiscalize gastos da área

LUÍSA ALCALDE

luisa.alcalde@grupoestado.com.br

O Ministério Público Estadual (MPE) entrou ontem com uma ação civil pública na Justiça para obrigar a Prefeitura a criar o Fundo Municipal de Saúde (FMS). Por ter descumprido a legislação,

o MP também pede que o Prefeito Gilberto Kassab (DEM) seja responsabilizado por improbidade administrativa.

Procurada pela reportagem do **Jornal da Tarde**, a assessoria do prefeito informou, por meio de nota, que até o final da tarde de ontem, o município não havia ainda sido notificado oficialmente.

Uma das atribuições do fundo é administrar os recursos da saúde pública. Parte deles vem do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, quando a pasta precisa de dinhei-

ro tem de pedir para a Secretaria de Finanças, encarregada pela administração como gestora financeira da verba, o que é ilegal, segundo entendimento do promotor Arthur Pinto Filho.

“São Paulo é um dos raros municípios brasileiros a apresentar essa grave anomalia”, diz. “Quem tem de gerir esse dinheiro é o secretário de Saúde ou alguém sob o comando dele, que seja da mesma secretaria”, explica.

Essa “anomalia”, de acordo com Pinto Filho, permitiu, por

exemplo, que em 2009 o prefeito congelasse verbas públicas e cortasse 21,9% do orçamento da saúde. “Esse é um dos motivos de a saúde pública vivenciar essa situação dramática”, sustenta ele.

O Fundo Municipal de Saúde tem de ser fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelo Tribunal de Contas do Município.

Outro problema decorrente da falta do FMS é, na opinião do promotor, a falta de controle, pela própria Prefeitura, das verbas entregues a organizações sociais

(OSs) que administram hospitais, unidades básicas de saúde (UBS), Amas (Atendimento Médico Ambulatorial) etc.

“As organizações sociais recebem, para a gerência, equipamentos e prédios públicos. Toda a verba gasta também é pública e as compras são feitas sem licitação. E, como regra geral, contratam profissionais da saúde sem concurso público. A falta do fundo impede um controle efetivo dos gastos públicos feitos por esses órgãos”, explica Pinto Filho.::

Jornal da Tarde, 15/12/2010

E EU COM ISSO?

Fundo pode ajudar a Prefeitura a gastar melhor

Fundo municipal servirá de instrumento para Prefeitura e Tribunal de Contas do Município (TCM) fiscalizarem recursos aplicados e gastos pelas organizações sociais que administram hospitais e ambulatórios públicos com verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). Com esse controle, sobrarão mais dinheiro para investir, por exemplo, na construção de mais unidades de saúde.